



UM OLHAR HISTORIADOR PARA O TRABALHO COM AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Rodrigo Oliveira Fonseca¹

O CERNE DA PROPOSTA. Se “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (PÊCHEUX [1975] 1997: 160), parece-nos que ao analista (como ao historiador) do discurso cabem duas ordens de investigações: 1) a primeira, consagrada no interior dos princípios teórico-metodológicos da AD, referente a primeira parte da sentença de Pêcheux, à *mudança dos sentidos das palavras etc.*, remete ao levantamento das formações ideológicas nas quais as posições sustentadas se inscrevem e à pesquisa e configuração das formações discursivas (FDs) que as representam na ordem do dizível; o levantamento de uma determinada ordem de esquecimentos e mascaramentos de lugares que implicam em formas de atualizar e parafrasear dizeres; ou ainda, a consideração dos aspectos linguísticos-estruturais da determinação histórica de certos processos semânticos; 2) a segunda investigação é fruto de uma intro-missão historiadora sobre teoria da AD, implica em trazer propriamente o trabalho sócio-histórico (dinâmico) de *sustentação de posições* pelos sujeitos enunciadorees. Esse trabalho, “mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes” (PÊCHEUX [1983] 1997: 56), é considerado tanto o de sustentação de posições quanto o de deslocamento na ordem do dizível, apontando para o fato de que além da captura por (e da filiação a) redes de memória há investimento histórico-subjetivo, militância e engajamento pelo sentido.

Buscando um caminho para que os estudos históricos possam contribuir mais no interior mesmo dos procedimentos de análise – e não só como fornecedores que auxiliam na formulação de hipóteses e na montagem de *corpora* – nos vimos forçados a problematizar o real da história e o real do sujeito histórico tal como eles tendem a comparecer nas análises, sendo o trabalho de pesquisa e configuração das FDs um dos mais sensíveis e promissores para tal.

Não pensamos que a teoria do discurso proposta por Michel Pêcheux seja o “fantasma” da instituição de uma nova disciplina, como se refere Jacques GUILHAUMOU (2007: 107), quase como porta-voz. A despeito de algumas obstruções representadas pela presença de certo teorismo althusseriano, é a teoria do discurso que sustenta um conjunto de procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco, e neutralizar a (aparente) consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais” (PÊCHEUX, [1983] 1997). Diante de seus limites – só não tem limites o que não existe – deve a teoria continuar prov(oc)ando-os e avançando sobre eles, devendo estar consciente de que neutralizar consistências aparentes como as dos “mundos normais” é sempre um gesto político e de responsabilidade, vinculado à perspectiva histórica daqueles que são capazes e/ou se

¹ Mestre em História Social da Cultura (PUC-Rio) e doutorando em Estudos da Linguagem (UFRGS).



encontram materialmente em condições de enxergar *desordem humana* sob o manto de “ordem” (organização?) do mundo estabilizado e unificado pela acumulação de capital.

Os limites da produção de conhecimento mudam de acordo com tais condições. Os economistas burgueses, por exemplo, “veem sem dúvida como se produz *no interior* da relação capitalista [entre quem vende seu tempo e capacidade de trabalho e quem os compra], mas não como se produz esta relação propriamente dita nem como, simultaneamente, se produzem nela as condições materiais de sua dissolução” (MARX, [1867] 1985: 138). É neste sentido que buscamos assumir uma posição científica e de classe que conduza a lutar contra determinados esquecimentos – como o de que há estruturas e estruturações. Isso nos leva a atentar para as pressões do político e do desejo (materialmente inscritos na história), pelas quais os sujeitos são levados a ponto de jogar com as equivocidades dos funcionamentos languageiros, cabendo, assim, buscarmos tanto os aspectos estruturais quanto os aspectos dinâmicos das práticas discursivas.

Propomos, afinal, que além de buscarmos os efeitos de sentido e os encontros fortuitos com o dizer do Outro e dos outros, também investiguemos a *práxis*, aquilo que experimentamos “como um impulso de realização ou de ação, um anseio de sentido mal discernido” (SAMPAIO & FREDERICO, 2006: 59) e que pode ser, de alguma forma, mapeado pela configuração de uma rede de dizeres formulados por um sujeito histórico, um “sujeito em processo nos textos” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1989: 66), tomado enquanto trabalho de constituição de uma instância enunciativa, e não uma entidade psicossociológica ou um sujeito pleno. Tal compreensão nos leva a pensar o trabalho dinâmico dos sujeitos com a sua língua, e nos isenta de qualquer formalismo linguístico que apele à história somente para contextualizar dizeres desencarnados, esquecendo ou tonando improdutiva (não consequente) a dupla materialidade do discurso, histórica e languageira.

DO ASSUJEITAMENTO À SUBJETIVAÇÃO. Concordamos com todos aqueles pesquisadores (como ORLANDI, 2001; e MAYAFFRE, 2007) que recusam a categorização das formações e dos funcionamentos discursivos a partir de tipologias institucionais, disciplinares, estilísticas, temáticas, de gênero, de registro, etc.

Uma formação discursiva é precisamente o que faz com que de um lado e de outro do domínio, do gênero, do registro ou do tema, (...) dois discursos se assemelhem e que essa semelhança linguística testemunhe o posicionamento ideológico-social da instância enunciativa. (MAYAFFRE, 2007: 47)

No entanto, pensamos que o posicionamento ideológico-social nunca é apenas algo a ser testemunhado ou sofrido passivamente, visto que todo discurso é sempre, e ao mesmo tempo, *efeito* de filiações a redes de memória e *trabalho* de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX ([1983] 1997: 56), devendo assim extrairmos mais da consideração de que “não há identificação plenamente bem sucedida”. Seria cômico pensar que os rituais falham por alguma condenação divina ou porque Ele, o Sujeito, gosta de brincar de esconde-esconde. Os rituais falham porque nós sujeitos não cabemos nas camisas (como as de grife e de força) que nos solicitam caber. E se não cabemos, há pelo menos dois motivos: 1) a identificação à Forma-Sujeito é apenas uma ilusão necessária à ordem



dominante, um mascaramento do lugar dos sujeitos na divisão social do trabalho ou apagamento de suas desigualdades e contradições, mas um apagamento que efetivamente não os apaga, apenas os fantasia; 2) tal identificação (assujeitamento) é social e materialmente perseguida, experimentada, sofrida e enfrentada, produzindo processos de conhecimento e transformação, de modo que há deslocamentos contingentes dos sujeitos, *subjetivação*, resistências sócio-históricas às coerções do ser. É o caso de lembrar Alain BADIOU (1994: 114) quando diz que “só há uma questão na ética das verdades: como vou eu, enquanto alguém, continuar a exceder meu próprio ser?”

Buscamos assim trabalhar com a categoria da *práxis*, que não se confunde com a consciência que os sujeitos possam ter de suas ações, visto que a *práxis* é sempre “anterior à razão refletida e ao reconhecimento de quem a executa” (SAMPAIO & FREDERICO, 2006: 59), na medida em que o ser antecede e extrapola toda consciência possível. Como diz João Bernardo,

Marx procedeu a uma transformação profunda na concepção de “ação”, de consequências ideológicas sem precedentes. A ação deixou de ser pensada como um processo intelectual e, pelo menos no seu momento inicial, interior ao eu e, de qualquer modo, inteiramente redutível ao modelo do eu. Marx passou a conceber a ação como *práxis*, ou seja, como uma prática simultaneamente material e social. (...) a redução da ação a processos mentais baseia-se na escamoteação da ação enquanto processo prático de produção material. (BERNARDO, [1991] 2009: 73)

Diferente da ideologia tal como concebida por Althusser, a *práxis* não é ou não se encerra em uma voz-ordem-mandamento que nos interpela enquanto sujeitos, fazendo com que *assim* venhamos a ocupar um (outro) lugar previamente estabelecido. Se ela é uma espécie de (em) razão da vida que precede e extrapola a racionalização, e que nos ajuda a pensar a ação humana em sua base material e social, então nos parece válido voltar ao próprio conceito de ideologia. Devemos reter o gesto althusseriano de retirar as ideologias tanto do *mundo das ideias/visão de mundo* quanto das *formas (distorcidas) de expressão* da base econômica – afinal, não as encontramos nem tanto ao céu nem tanto à terra –, percebendo porém que através das ideologias incidem sobre as nossas práticas tanto as pressões reprodutivas quanto as de transformação, tanto o apagamento imaginário das condições reais de existência quanto o desejo de eliminação destas condições, de dissolução deste lugar previamente ocupado e administrado. As ideologias atuam assim tanto pelo *fazer ver* da ordem (que não se encerra em reproduzir o desconhecimento das causas) quanto pelo *fazer ver* de uma nova partilha do sensível (RANCIÈRE, 1996) inscrita nas fraturas e fragmentações dessa ordem. As ideologias, nessa perspectiva, representariam as pressões da história sobre a *práxis*, a forma como somos arremessados e nos arremessamos em nosso tempo – nunca apenas para perpetuá-lo.

Em busca de uma noção propriamente discursiva da *práxis*, mobilizamos o que Jacques Rancière (ibid.: 47) chama de *modos de subjetivação*: “produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação caminha a par com uma reconfiguração do campo de experiência”. A subjetivação é assim sempre da ordem do acontecimento e do político, da divisão de dois mundos em um. Pressupõe um trabalho de deslocamento e separação dos corpos de seu *ethos*, da “voz que supostamente exprime sua alma”, o que aponta para um conjunto de experiências singulares do litígio



em torno da palavra e da voz (ibid.: 48), para o trabalho que os sujeitos têm em tomar a palavra de modo a *interromper os simples efeitos de uma dominação* (ibid.: 26-27; 103), em meio a contingências desvirtuadoras de um determinado ordenamento social

Temos chamado estes modos de subjetivação de *palanques enunciativos* para ressaltar um *fazer ver* uma partilha do sensível que até então estavam interditados ou condenados ao *non sens*. Através desses palanques os sujeitos podem falar fazendo-se visíveis e audíveis, em meio às relações de força e às formas de combate nas quais ecoam os discursos, forma material concreta sob as quais as ideias entram em luta na história (PÊCHEUX [1977] 1980). Não se trata do descortinamento ou reconhecimento de um lugar prévio, uma readequação do corpo, da fala e dos dizeres frente a esse lugar (administrado pelos poderes dominantes ou mesmo pelas hipóteses sócio-históricas do pesquisador), nem o acionamento de um aparelho formal inscrito na língua. Trata-se mesmo do oposto a quaisquer mecanismos de adequação, apontando para formas de reação a um dano ou a efeito indesejado causado pela incidência paradigmática e assediante daquela voz ordenadora, o que poderá sempre instaurar litígios e desentendimentos.

Na teoria da AD, essa reação a um dano – ou interrupção de um simples efeito – remete ao trabalho com os já-ditos que institui a *zona do rejeitado* (PÊCHEUX & FUCHS, [1975] 1997: 176), o que obriga o sujeito enunciador a indicar “o que queria dizer”, tendo assim de reformular seus dizeres para manter certos sentidos indesejados do outro lado da fronteira que ele instaura em sua prática linguageira. Temos aí o que posteriormente PÊCHEUX (1981a) chamará de deslocamento tendencial do sujeito enunciador, que é o que nos autoriza a pensar nos modos de subjetivação para além do efeito-sujeito, como também o que nos faz considerar (ao lado de TFOUNI, 2006; 2008) o papel fundamental das interdições – enquanto instituição/atualização de fronteiras – no processo semântico como tal. Estas duas ordens de considerações, quanto ao deslocamento tendencial do sujeito enunciador e quanto ao papel da interdição no processo semântico, têm nos levado a utilizar o neologismo *esquivocidade* enquanto par (perfeito?) na abordagem da equivocidade enquanto real da língua em meio às práticas discursivas. A nosso ver há também um real do sujeito histórico nas práticas discursivas, podendo este ser representado pela *esquivocidade*.

A HISTÓRIA AO LADO DA ANÁLISE DO DISCURSO (PROCEDIMENTOS). Não chegamos ao processo social e linguageiro tendencialmente apagado na prática discursiva cotejando a sua base simbólica com o seu resultado semântico, seu texto manifesto com o seu “conteúdo latente”, aquilo que se diz com aquilo que (não se dizendo) faz sentido. O caráter de leitura sintomal do observatório montado pela AD é análogo à investigação de Marx frente aos hieróglifos das mercadorias e a de Freud frente aos enigmas dos sonhos (tal como desenvolve Slavoj ŽIŽEK, 1996). Não se trata de desvendar-lhes seus respectivos conteúdos, o trabalho e os desejos, como na AD não se trata apenas de detectar os gestos de interpretação sob um tecido de evidências.

Neste sentido, parece faltar aos procedimentos de análise um terceiro elemento entre a investigação do sistema significante material (que desliza) e dos posicionamentos/identificações imaginárias e ideológicas (que capturam). Entre o sistema/base significante e os efeitos de



significação estão os sujeitos em suas práticas languageiras, em sua *práxis*, cuja consideração traz para a análise o acontecimento e o trabalho social de enunciação, que tendeu a ser tomado em abordagem heterogênea e secundária (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1989, p. 62-63). A partir de 1977, porém, “a enunciação reaparecia sob a categoria da contradição que seria designada, de forma mais descritiva, de heterogeneidade e, sob outra categoria, a do acontecimento” (ibid.: 64).

Pensar os processos de enunciação enquanto palanques ou modos de subjetivação é uma oportunidade de superação desse aspecto apenas descritivo de heterogeneidades (sem totalidade concreta) e de acontecimentos (sem processos e mediações). É uma via de acesso nos textos e nos processos semânticos para as relações sociais e o campo de experiência dos sujeitos, materializados numa forma textual através da qual se age sobre a realidade – e não enquanto “situação de comunicação”. Sua natureza ao mesmo tempo linguística e histórica permite a pesquisa e a configuração de uma FD com base em relações de sentido que não são apenas regulares e dispersas, mas também fruto da *práxis* dos sujeitos sobre a ordem do dizível, constituindo desse modo as posições-sujeito no seu interior.

Servem de exemplos de palanques / modos de subjetivação certos recursos sintáticos e enunciativos trabalhados pelos revolucionários da Conjuração Baiana de 1798 (FONSECA), como: a) a utilização de expressões que anunciam um novo tempo: *Está para chegar SN1; O tempo é chegado para SN2*; b) o relato das decisões de uma outra instância/3ª pessoa (instituição de um porta-voz): *Quer N1 que se faça nesta cidade SN1; N1 ordena, manda e quer que seja feita nesta cidade SN1; N1 ordena, manda e quer que para o futuro seja feita SN1 nesta cidade; N1 considerando SN2 ordena, manda e quer SN1*; e c) a diluição de temas necessários mas comprometedores no interior da aliança proposta via definições fracas/indiretas (por adjunto adnominal): *para ressuscitares do AdjAdn1 da T1; no que respeita a AdjAdn2 da T1*. Também podemos apontar alguns modos de subjetivação característicos do discurso dos comunistas franceses, bastante estudado em AD: d) apagamento do locutor real e da audiência e forte distanciamento do locutor de seu enunciado (ausência de performatividade) (cf. Courdresses *apud* MAYAFFRE, 2007); e e) acobertamento de um enunciado no interior de outro, com o assédio de uma interpretação determinativa por trás da interpretação apositiva (cf. PÊCHEUX, 1981b).

Deste modo dialogamos com a proposta de INDURSKY (2003; 2008) acerca dos acontecimentos (enunciativos, discursivos e históricos) que conduzem à constituição de novas posições-sujeito e de novos sujeitos tomados em sua formação discursiva, acrescentando-lhe a ideia de “sujeito em processo nos textos” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1989: 66), através deste trabalho de constituição de uma instância enunciativa - a constituição de palanques – que atesta a esquivocidade (o real) dos sujeitos na *sustentação de posições* e na sua militância pelos sentidos.

Acompanhamos a compreensão de ORLANDI (2001: 95) de que “a linguagem é uma prática; não [apenas] no sentido de efetuar atos, mas porque pratica sentidos, intervém no real. Essa é a maneira mais forte de compreender a *práxis* simbólica”. Buscamos somente dar-lhe suporte analítico. A equívocidade signica só faz discurso quando e porque os sujeitos não são indiferentes ao que se



diz. Enquanto sujeitos falantes somos inconscientemente capturados e filiados à força às FDs – e os gestos de interpretação inscritos neste texto provavelmente estão aí para atestar tal consideração antinarcisista. No entanto, também fazemos política, de modo que toda leitura sintomal sucumbe à ingenuidade ou à obsessão quando não percebe que determinadas faltas e apagamentos merecem ser vistas não como falhas ou acidentes de percurso, mas enquanto materializações de um outro ritual que nos remete à esquivocidade dos sujeitos, à sua prática política.

Esses rituais heréticos fazem-nos retornar aos estudos históricos e considerar também que aquilo que Marx chama de classe-em-si “é uma classe [apenas] no que diz respeito ao capital, mas ainda não é uma classe para si” (MARX, [1847] 1981: 141). Se além da investigação das condições objetivas que conformam as classes (em-si) ou as formas concretas de assujeitamento em uma formação social, pesquisarmos a dinâmica dos seus conflitos, poderemos perceber como os modos de subjetivação e a luta de classes determinam as próprias formas de uma dominância, de modo a perceber também como se passa de uma ordem de relações a outra; ou seja, compreendendo tanto a dinâmica da reprodução quanto a da transformação numa determinada formação social, assegurando “um pensamento não apenas do que é, mas do que surge” (BADIOU, 1994: 17).

BIBLIOGRAFIA

BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Tradução de Emerson Xavier da Silva e Gilda Sodré. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

BERNARDO, Joa . *Economia dos Conflitos Sociais*. 2ª edi o. São Paulo: Expressão Popular, [1991] 2009.

FONSECA, Rodrigo Oliveira. *A interdi o na discursividade brasileira*. Tese de doutorado em Estudos da Linguagem (PPG Letras da UFRGS), sob orienta o de Freda Indursky. Defesa prevista para 2012.

GUILHAUMOU, Jacques. Os historiadores do discurso e a no o-conceito de Forma o Discursiva: narrativa de uma transvalia o imanente. Tradui o de Fábio C. Montanheiro, Nilton Milanez e Juan Magari os. In

BARONAS, Roberto L. (org.) *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da no o-conceito de forma o discursiva*. São Carlos, SP: Pedro & João, 2007. p. 105-117. Título original: *Les historiens du discours et la notion-concept de formation discursive. R cit d'une transvaluation immanente*, 2002.

GUILHAUMOU, Jacques & MALDIDIER, Denise. Da enuncia o ao acontecimento discursivo em análise do discurso. Tradui o de Freda Indursky. In GUIMARÃES, Eduardo (org.), *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 61-70. Título original: *De l'énonciation   l'événement discursif en analyse de discours*, 1986.

INDURSKY, Freda. Lula l : estrutura e acontecimento. *Revista Organon*, Porto Alegre, n. 35, v. 17, p.101-121, 2003.

_____. Unicidade, Desdobramento, Fragmenta o: trajetória da no o de sujeito em análise do discurso. In MITTMANN, Solange, GRIGOLETTO, Evandra & CAZARIN, Ercília (orgs.), *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. , p. 9-33.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Moscou: Editorial Progresso, 1981 Título original: *Mis re de La philosophie*, 1847



_____. *O Capital – edição resumida por Julian Borchardt.* Tradução de Ronaldo Alves Smidth. 7ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982. Título original: *Das Kapital Das Kapital. Kritik Der Politischen Oekonomie. Gemeinverstaendliche Ausgabe Besorgt Von Julian Borchardt*, 1931 (o capítulo trabalhado é do livro I, de 1867).

_____. *Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata.* Tradução de Antônio Ribeiro. São Paulo: Moraes, 1985. Título original: *Das Kapital I, Buch, Der Produktionsprozess des Kapitals. Resultates des unmittelbaren Produktionprozesses*, 1867.

MAYAFFRE, Damon. *Formações Discursivas e Discurso Político: a exemplaridade dos discursos comunistas versus burgueses.* Tradução de Tradução de Fábio C. Montanheiro, Nilton Milanez e Juan Magariños. In

BARONAS (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.* São Carlos: Pedro & João, 2007, p. 47-61. Título original: *Formation(s) discursive(s) et discours politique : l'exemplarité des discours communistes versus bourgeois durant l'entre-deux-guerres*, 2004

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos.* 3ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.* Tradução de Eni Orlandi, Lourenço C. Jurado Filho, Manoel Luiz G. Corrêa, e Silvana Serrani. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. Título original: *Les vérités de la Palice*, 1975.

_____. *Remontemos de Foucault a Spinoza.* Tradução de Mª do Rosário Gregolin. In: TOLEDO, Monforte (org.). *El discurso político.* México: Nueva Imagen, 1980, p. 181-200. Xerox. Título original: *Remontons de Foucault a Spinoza*, 1977.

_____. *Ouverture du Colloque.* In: *Colloque Matérialités Discursives*, Lille: Presses Universitaire de Lille, v. 1, p. 6-10, 1981a.

_____. *L'enoncé: enchassement, articulation et dé-liaison.* In: *Colloque Matérialités Discursives*, Lille: Presses Universitaire de Lille, v. 1, p. 143-148, 1981b.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento.* Tradução de Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1997. Título original: *Discourse: Structure or Event?*, 1983.

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas.* Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F. & HAK, T. (org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 163-252. Título original: *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*, 1975.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia.* Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996. Título original: *La Mésentente*, 1995.

SAMPAIO, Benedito Arthur & FREDERICO, Celso. *Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani. *O Interdito Como Fundador do Discurso.* In *Letras & Letras*, Uberlândia, n. 1, v. 22, p. 127-137, 2006.

_____. *O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem.* *Linguagem em (Dis)curso*, n. 2, v. 8, p. 353-371, 2008

ZIZEK, Slavoj. *Como Marx inventou o sintoma?* Tradução de Vera Ribeiro. In ZIZEK, S. (org.) *Um mapa da ideologia.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. Título original: *How Did Marx invent the Symptom?*, 1994.